

Economia moderna

O sr. Ministro da Economia tem vibrado golpes certos no monstro aterrorizador da carestia da vida. Golpes certos e golpes profundos. Por isso mesmo, começa o povo trabalhador a sentir um certo alívio, e não demorará muito, se a energia do Ministro continuar, a aplaudir a coragem e o saber de quem se resolveu a olhar pelos pequenos.

Não nos interessa elogiar o Ministro, que nunca vimos aliás, nem a ele interessarão certamente os nossos elogios. Mas interessa à Nação verificar que a economia nacional começa a ser dirigida por outros ideais bem diferentes daqueles que a têm orientado até agora.

Salvo erro da nossa parte, parecemos, com efeito, que a economia portuguesa tem sido concebida num sentido exclusivamente capitalista. E não só nas leis, como por exemplo o próprio Estatuto do Trabalho Nacional de nítido sabor capitalista, mas também na orientação diária da vida económica.

Para o capitalismo toda a economia assenta na ideia do lucro. Por isso, não considera como capital senão aquilo que pode produzir um lucro. A riqueza destinada ao consumo não é capital. Sendo assim, o capital só pode existir, desde que se não consumam todas as riquezas produzidas. A formação do capital, diz um professor português de economia, supõe sempre uma abstenção de consumo. Temos, portanto, que o capitalismo exige um sacrifício no consumo dos bens produzidos, a fim de que a parte «poupada» se transforme em capital produtor de novas riquezas.

Tudo isto estaria muito certo, se os que possuem o capital, o tivessem obtido por um sacrifício pessoal ou familiar no próprio consumo. O que se dá, porém, é precisamente o contrário. Os possuidores de capital, por via de regra, não fazem esse sacrifício. Mas como é preciso fazer-se, impõem aos outros (trabalhadores, etc.) o sacrifício que eles mesmos não estão dispostos a suportar. E, por isso mesmo é que o capitalismo reclama o lucro, a fim de permitir aos possuidores de capital eximirem-se ao sacrifício pessoal da poupança, sem que esta deixe de funcionar na formação de novos capitais, feita à custa do sacrifício, isto é, do baixo consumo dos que produzem, pelo seu trabalho, a riqueza.

O vício essencial do capitalismo está aqui: exigir a poupança, ou, por outras palavras, a «abstenção do consumo»... aos outros. Não se queixava, há pouco, o senhor Ministro da Economia de os lucros abundantes das empresas terem sido absorvidos, não pela aquisição de capitais produtivos (apetrechamento industrial) mas pelo luxo, por vezes revoltante, dos comerciantes e industriais?

O lucro é necessário para a formação de novos capitais, dizem. Mas como o capital só pode formar-se pela poupança no consumo dos bens produzidos, acha muito natural o capitalismo que o nível de vida do povo seja baixo, a fim de não poder consumir tudo quanto se produz. Uma economia orientada neste sentido permite, e até considera justo, que os lucros se acumulem, seja à custa de baixos salários ou ordenados, seja à custa de desemprego ou deficiência de organizações de carácter social. Uma economia baseada

nestes conceitos acha, por isso, muito natural a falta de géneros e de outras mercadorias que provoca a elevação do seu preço e obtenção de maiores lucros. E pensa-se que assim se trabalha a bem da Nação, porque este excesso de lucros se vai reflectir afinal em maior capacidade futura de produção e em maior benefício comum.

A orientação dada ao Ministério da Economia pelo actual Ministro segue outros rumos. Que o capital se forme pela poupança, está certo, mas que essa poupança seja feita à custa de quem poupa e não à custa de quem nada tem para poupar. Que seja uma poupança voluntária e não forçada.

Não se preocupa portanto o Ministro com que os lucros diminuam e os possuidores do capital se vejam

forçados a restringir os seus gastos sumptuários para poderem manter as empresas. Preocupa-se com que o povo obtenha maior capacidade de consumo, pois que o sacrifício que lhe tem sido imposto pela carestia da vida não pode, a bem da colectividade, continuar.

Ora é precisamente este aspecto da questão que mais nos interessa. Segue-se num rumo diferente do super-capitalismo a que estavamos habituados, e é possível que comecemos a entrar numa economia mais humana, feita mais para o homem, do que para o lucro e conseqüente luxo de quem o apanha.

Esta economia humana, feita em benefício comum é uma exigência dos tempos modernos. Dando-lhe um promissor começo de satisfação, o senhor Ministro da Economia bem merece do povo português.

reservados ABEL VARZIM